



CONCURSO PÚBLICO: Universidade de Rio Verde

Procurador Jurídico

DISCIPLINAS

Língua Portuguesa | Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 80 (oitenta) questões, sendo 08 de Língua Portuguesa, 72 de Conhecimentos Específicos.
- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

- Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se estiver sem marcação ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA:

- A saída com o CADERNO DE PROVAS somente ocorrerá após as 3h45min do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- Conforme edital, subitem 7.2.7.1, letra c), “Os candidatos serão eliminados se os dispositivos eletrônicos sob seus cuidados emitirem algum sinal sonoro”.
- O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público.
- Mesmo que o candidato seja eliminado, conforme item 12.20 do edital, somente será permitido retirar-se definitivamente da sala de prova (objetiva, de redação e discursiva) após transcorrido o tempo de 2 (duas) horas do início da aplicação das provas, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões, conforme o caso, devidamente preenchidos e assinados, ao fiscal de sala.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS (GABARITO):

QUATRO HORAS

Leia o texto abaixo e responda às questões 01, 02 e 03.

TEXTO 1

Cobreste de mim, Novato, que eu escrevesse sobre como poderia ser atenuada a ira. E não é sem motivo que me parece que tenhas um particular temor dessa paixão, de todas a mais terrível e violenta. De fato, nas outras existe certo grau de calma e placidez; essa é plena de excitação e ímpeto, enfurecida por uma ânsia desumana de dor, combates, sangue, suplícios. Indiferente a si, desde que seja nociva a outro, ela se arroja a seus próprios dardos e é ávida por uma vingança que há de arrastar consigo o vingador. Assim, alguns sábios disseram que a ira é uma breve insânia. Ela é igualmente desenfreada, alheia ao decoro, esquecida de laços afetivos, persistente e aferrada ao que começou, fechada à razão e aos conselhos, incitada por motivos vãos, inábil em discernir o justo e o verdadeiro, muito similar a algo que desaba e se espedaça por cima daquilo que esmagou. Mas para comprovares a insanidade dos que estão em poder da ira, observa a própria aparência deles, pois assim como são sintomas claros dos loucos o aspecto audaz e ameaçador, o semblante sinistro, a face enviesada, o passo apressado, as mãos inquietas, a cor mudada, os suspiros sucessivos e veementes, assim também o são os sinais dos que enraivecem: seus olhos inflamam e cintilam, é intenso o rubor por todo o rosto, devido ao sangue que lhes ferve desde o fundo do peito, os lábios tremem, cerram-se os dentes, arripiam-se e eriçam-se os cabelos, a respiração intensa e estridente, o estalido dos dedos retorcendo-se, os gemidos e mugidos, a fala abrupta, com palavras pouco claras, e as mãos que a todo tempo se entrechocam, e os pés a baterem no chão, e o corpo todo convulso e lançando avultantes ameaças de ira, a face de aspecto disforme e horrendo dos que se desfiguram e intumescem. Não se sabe se é mais detestável ou mais deformante esse vício. Os demais é possível esconder e alimentar em segredo: a ira põe-se à mostra e sai à face, e quanto maior, com tanto mais evidência efervesce. Não vês, como em todos os animais, tão logo se erguem para atacar, os sinais se antecipam e seu corpo inteiro deixa a condição habitual e tranquila e eles açulam a própria ferocidade? A boca dos javalis espuma, aguçam-se suas presas pelo atrito, os cornos dos touros arremetem contra o vazio e a areia é espalhada pelo golpe de seus pés, fremem os leões, infla-se o colo das serpentes irritadas, sinistro é o aspecto das cadelas raivosas. Nenhum animal é tão horrendo e tão perigoso por natureza que nele não fique aparente, logo que a ira o tenha invadido, o acréscimo de renovada ferocidade. Não ignoro que também as demais paixões são dificilmente ocultadas; que a luxúria, o medo e a audácia dão sinais de si e podem ser pressentidos. De fato, nenhuma agitação mais veemente nos penetra sem nada provocar no rosto. Que diferença há, então? É que as outras paixões ficam aparentes; esta fica proeminente.

(Sêneca. **Sobre a ira. Sobre a tranquilidade da alma. Diálogos.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014).

QUESTÃO 1

Sobre o texto 1, é correto afirmar que:

- a) () O texto tem como tema central as paixões humanas e o medo do “Novato” de se entregar a elas.
- b) () O objetivo do texto é apontar as diferenças nos comportamentos de humanos e animais diante das paixões.
- c) () O tema central do texto é a ira e suas características, e também a forma como se manifesta em homens e animais.
- d) () O tema central do texto é a condenação daqueles que se entregam à ira e à violência procedente dela.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa incorreta de acordo com o texto 1:

- a) () O autor menciona que outros pensadores definem a ira como uma forma breve de loucura.
- b) () Para comprovar sua ideia de que a ira é uma forma de insanidade, o autor faz uma descrição

- detalhada das mudanças físicas que ocorrem quando somos tomados pela ira.
- c) () O autor nega que outras paixões além da ira possam ser percebidas por manifestações exteriores.
- d) () O autor vê a ira como um vício detestável e deformante.

QUESTÃO 3

As alternativas abaixo apresentam características da ira segundo o autor. Marque a alternativa em que um dos itens mencionados não está de acordo com o texto 1:

- a) () desenfreada; dificuldade para discernir o que é justo; placidez; ânsia de sangue.
- b) () evidencia-se na face; ânsia de suplícios; indiferente a si; seus olhos inflamam.
- c) () aspecto sinistro; ferocidade; face enviesada; vingança.
- d) () terrível; nociva a outros; não ouve a razão; esquecida dos laços afetivos.

QUESTÃO 4

Observe as frases abaixo:

- I. “[...] é **ávida** por uma vingança que há de arrastar consigo o vingador [...]”
- II. “[...] **incitada** por motivos vãos [...]”
- III. “É que as outras paixões ficam aparentes; esta fica **proeminente**.”

Assinale a alternativa que apresenta sinônimos para os termos destacados em I, II e III, respectivamente:

- a) () carente – regulada – evidente.
- b) () sedenta – estimulada – notável.
- c) () cansada – instigada – ilustre.
- d) () sequiosa – incapacitada – destacada.

Leia o texto abaixo e responda às questões 05, 06 e 07.

TEXTO 2

[...] Enquanto escrevo esse texto da minha janela, consigo observar duas das mais imponentes cadeias de montanhas brasileiras, a Serra da Mantiqueira e a Serra do Mar. Mas além do "ver para crer" de um biólogo, a geomorfologia (disciplina que estuda as formas de relevo da superfície terrestre) tem uma definição técnica do que é uma montanha.

De acordo com o grande geógrafo Antônio Teixeira Guerra em seu "Dicionário Geológico-Geomorfológico", montanha é "uma grande elevação natural do terreno, com altitude superior a 300 metros e constituída por um agrupamento de morros".

Mesmo sendo um tema fascinante, não vou entrar em detalhes sobre os processos de formação das montanhas. Mas uma informação interessante é que as montanhas brasileiras não estão mais crescendo, diferentes dos Andes, por exemplo, cordilheira que chega a crescer 4 cm por ano em alguns trechos.

Por isso, aos poucos, nossas montanhas vão sendo erodidas pela ação das intempéries e estão diminuindo de tamanho. A Serra do Mar, por exemplo, que hoje não ultrapassa os 2.400 mil metros de altitude, já se ergueu acima dos 4 mil metros.

Independente do processo de formação, e se estão crescendo ou diminuindo, as montanhas por todo mundo têm algo em comum: são importantes refúgios para biodiversidade. Já comentei aqui no Histórias Naturais que diversidade de habitats é igual a diversidade de espécies. Diferentes altitudes de uma mesma montanha estão sujeitas a condições distintas de temperatura e umidade, o que por sua vez resulta em diferentes ambientes.

Sempre que você olhar para uma montanha imagine que você está olhando para um gigantesco armário onde se empilham diferentes gavetas que contêm diferentes conjuntos de espécies. Os pássaros da Mata Atlântica ilustram muito bem como as montanhas são compostas por diferentes ambientes e, por isso, são capazes de "guardar" uma enorme diversidade biológica.

QUESTÃO 5

A palavra destacada no trecho “**Enquanto** escrevo esse texto da minha janela, consigo observar duas das mais imponentes cadeias de montanhas brasileiras” indica:

- a) () finalidade.
- b) () concessão.
- c) () condição.
- d) () simultaneidade.

QUESTÃO 6

Observe o trecho abaixo e assinale a alternativa correta:

Mas além do "ver para crer" de um biólogo, a geomorfologia (disciplina que estuda as formas de relevo da superfície terrestre) tem uma definição técnica do que é uma montanha.

- a) () As aspas foram usadas para indicar uma citação, e os parênteses, para acrescentar informação essencial ao texto.
- b) () As aspas estão destacando uma expressão idiomática de uso popular e os parênteses foram usados para introduzir uma definição de termo mencionado anteriormente.
- c) () As aspas foram usadas para destacar um neologismo, e os parênteses, para introduzir um comentário pessoal do autor.
- d) () As aspas foram usadas para destacar um estrangeirismo, e os parênteses, para acrescentar uma informação secundária.

QUESTÃO 7

Sobre o texto 2, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O texto é predominantemente expositivo, apesar de uma pequena interferência do autor em trechos em que ele deixa entrever brevemente o que pensa sobre o assunto.
- b) () O objetivo central do texto é informar sobre montanhas e a diversidade de habitats que abrigam.
- c) () O uso da primeira pessoa do singular no texto anula o caráter expositivo do texto, uma vez que esse uso é incompatível com a tipologia dissertativa.
- d) () Embora o tema possa ser considerado científico e o texto apresente a citação de um dicionário técnico, o autor escreve de forma relativamente informal, uma vez que esse é um texto jornalístico dirigido ao público em geral, e não a acadêmicos.

QUESTÃO 8

Observe os trechos abaixo e depois assinale a alternativa **incorreta**:

- I. “[...] imagine que você está olhando para um gigantesco armário **onde** se empilham diferentes gavetas **que** contêm diferentes conjuntos de espécies.”
- II. “[...] diversidade de habitats é igual **A** diversidade de espécies”
- III. “Os pássaros da Mata Atlântica ilustram muito bem como as montanhas são compostas por diferentes ambientes [...].”
- IV. “[...] as montanhas por todo mundo têm algo em comum: são importantes refúgios para biodiversidade.”

- a) () Em I, a palavra “onde” pode ser substituída por “em que” e a palavra “que” (em destaque) pode ser substituída por “as quais” sem que haja prejuízo semântico ou gramatical.
- b) () Em II, o termo destacado é um artigo definido feminino.
- c) () Em III, há um verbo na voz ativa e outro na voz passiva.

- d) () Em IV, o verbo “têm” está acentuado porque seu sujeito está no plural (as montanhas).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 9

Para a doutrina constitucional “*É indubitável que a doutrina ou teoria da separação dos poderes tem desempenhado um papel primordial na conformação do tipo de Estado que, a partir da Revolução Inglesa, da que deu origem aos Estados Unidos da América e, sobretudo, da Revolução Francesa, se foi propagando a todo o mundo ocidental, no decurso dos últimos dois séculos*” (PIÇARRA, Nuno. **A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional: um contributo para o estudos das suas origens e evoluções.** Coimbra: Coimbra Editora, 1989, p. 11).

Sobre a teoria e o princípio da separação de poderes, assinale a alternativa correta nos termos da Constituição Federal de 1988.

- a) () São poderes da República Federativa Brasileira: o legislativo, o executivo, o judiciário e o poder moderador exercido pelas Forças Armadas.
- b) () O Ministério Público, em que pese não arrolado no artigo 2º da CRFB/88, é considerado um poder da república, pois tem como atividade precípua o combate à corrupção, uma missão constitucional que o coloca em posição de destaque entre os poderes estatais.
- c) () O Senado Federal pode, pelo voto da maioria de seus membros, sustar o andamento de ação com tramitação no Supremo Tribunal Federal contra Senador, sendo que a sustação do processo não suspende a prescrição.
- d) () São princípios guia da separação de poderes a independência, a harmonia e a indelegabilidade.

QUESTÃO 10

Acerca do regime jurídico dos servidores públicos, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- b) () Cabe ao poder judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.
- c) () Para a concessão de aposentadoria especial de que trata o art. 40, § 5º, da Constituição, conta-se o tempo de efetivo exercício, pelo professor, da docência e das atividades de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que em estabelecimentos de educação infantil ou de ensino fundamental e médio.
- d) () É constitucional a vinculação do reajuste de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

QUESTÃO 11

Hipoteticamente, um servidor público estatutário, ocupante do cargo de professor da Universidade de Rio Verde – UniRV, é aprovado em concurso público para Procurador do Município de Rio Verde. Sobre as hipóteses de acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta.

- a) () É lícita a acumulação dos dois cargos públicos, mesmo sendo no mesmo ente federativo, caso haja a compatibilidade de horários.
- b) () É obrigatória a exoneração do cargo de professor universitário, caso o servidor opte por tomar posse e entrar em exercício no cargo de Procurador do Município, por serem cargos inacumuláveis.
- c) () É ilícita a acumulação dos dois cargos públicos, independentemente da compatibilidade de horários e de serem no mesmo ente federativo.
- d) () Será obrigatória a vacância do cargo de professor universitário, caso o servidor opte por tomar posse no cargo de Procurador do Município, uma vez que são cargos inacumuláveis.

QUESTÃO 12

Sobre a Administração Pública, e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () É vedado à Administração Pública anular seu próprio ato quando eivado de vício que o torne ilegal, devendo recorrer ao poder judiciário para declará-lo nulo por sentença judicial transitada em julgado.
- b) () É constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
- c) () A vedação ao nepotismo na Administração Pública decorre diretamente da Constituição Federal e sua aplicação deve ser imediata e verticalizada. Viola os princípios da moralidade, impessoalidade e isonomia, diploma legal que excepciona da vedação ao nepotismo os servidores que estivessem no exercício do cargo no momento de sua edição.
- d) () É ilegítima a publicação, mesmo que em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.

QUESTÃO 13

A Câmara Municipal de Rio Verde, em apreciação de matéria de interesse da Universidade de Rio Verde – UniRV, pretende pautar a votação de projeto de lei. Ao analisar tecnicamente o projeto de lei, o corpo técnico da UniRV constatou a inobservância do devido processo legislativo na sua tramitação e que seu conteúdo viola a Constituição Federal e Estadual. Nesta hipótese é correto afirmar que o projeto de lei pode ser submetido aos seguintes controles:

- a) () Somente ao controle preventivo da Câmara de Vereadores e do Poder Executivo, sendo vedado o controle *a posteriori* pelo poder judiciário.
- b) () Controle preventivo pela Câmara de Vereadores e, *a posteriori*, o controle repressivo de constitucionalidade pelo poder judiciário.
- c) () Somente ao controle repressivo de constitucionalidade a ser exercido pelo poder judiciário.
- d) () Somente ao controle repressivo de constitucionalidade pelo poder executivo.

QUESTÃO 14

Segundo a doutrina “*O reconhecimento da supremacia da Constituição e da sua força vinculante em relação aos Poderes Públicos torna inevitável a discussão sobre formas e modos de defesa da Constituição e sobre a necessidade de controle de constitucionalidade dos atos do Poder Público, especialmente das leis e atos normativos*” (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 18ª ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023, p, 1.238).

Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- a) () No Brasil, o poder que os juízes singulares têm de declarar a inconstitucionalidade de uma norma jurídica não é contido, de forma expressa, no texto da Constituição Federal de 1988.
- b) () Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias no prazo de trinta dias.
- c) () No âmbito dos tribunais, somente pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- d) () O Procurador-Geral da República deverá ser ouvido previamente das ações diretas de inconstitucionalidade, sendo dispensada sua oitiva nas ações declaratórias de constitucionalidade.

QUESTÃO 15

Sobre a teoria dos direitos fundamentais “*Por direitos fundamentais entendemos os direitos ou as posições jurídicas ativas das pessoas enquanto tais, individual ou institucionalmente consideradas, assentes na Constituição, seja na Constituição formal, seja na Constituição material – donde, direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material*” (MIRANDA, Jorge. **Direitos Fundamentais**. Lisboa: Almedina, 2017, p. 11). Sobre os direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) () O dever de proteção estatal não inclui a obrigação do Estado de proibir comportamentos lesivos a direitos fundamentais, pois essa proibição representa ingerência estatal inadmissível.
- b) () Assegurada a dimensão de direitos de defesa na Constituição, os direitos fundamentais estão efetivamente protegidos, prescindindo de quaisquer outras medidas que criam as condições necessárias para o exercício concreto dos direitos fundamentais.
- c) () Os direitos fundamentais enquanto direitos de defesa visam preservar a esfera de liberdade individual contra interferências estatais.
- d) () O dever de proteção estatal é dirigido aos particulares que devem, diretamente e independentemente de lei e intervenção estatal, promover a tutela dos direitos fundamentais, mesmo aqueles direitos que carecem de intervenção legislativa infraconstitucional.

QUESTÃO 16

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 5º, LXIII, que “*o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado*”. Sobre o direito fundamental ao silêncio e à assistência de advogado, e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- a) () É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova, mesmo os elementos não documentados no procedimento investigatório e ainda que haja diligências sigilosas pendentes a serem cumpridas.
- b) () O direito ao silêncio inclui o de não responder perguntas do Juiz, porém o silêncio poderá ser valorado em desfavor do réu no momento de proferir a sentença.
- c) () O direito ao silêncio inclui o direito de não participar na formação da culpa, porém o réu tem o dever ético de produzir provas contra si mesmo.
- d) () A documentação do flagrante prescinde da presença de defensor técnico do conduzido, sendo suficiente a lembrança, pela autoridade policial, dos direitos constitucionais do preso de ser assistido, comunicando-se com a família e com profissional da advocacia, e de permanecer calado.

QUESTÃO 17

Segundo Bernardo Gonçalves Ferreira “*ganham notoriedade as pesquisas de Konrad Hesse, na Alemanha, que afirma que Hermenêutica Constitucional deve se voltar para o problema da concretização, ou seja, do desenvolvimento de uma interpretação das normas constitucionais que leve em conta que a leitura de um texto normativo tem começo pelo levantamento das pré-compreensões de seu sentido pelo intérprete*” (grifo no original) (FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. Salvador: JusPODIVM, 2017, p. 183).

No domínio da hermenêutica constitucional, a via de interpretação que orienta os intérpretes a buscar a maior concretude possível das normas constitucionais, sem lhes alterar o conteúdo, corresponde ao princípio da:

- a) () concordância prática ou da harmonização.
- b) () razoabilidade.
- c) () proporcionalidade.
- d) () máxima efetividade.

QUESTÃO 18

Sobre o direito fundamental à educação, disciplinado na Lei Orgânica do município de Rio Verde, assinale a alternativa correta.

- a) () A Educação, direito de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- b) () O ensino superior do município gozará de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- c) () O ensino oficial do município será gratuito em todos os graus, regra que se aplica às instituições oficiais criadas por lei municipal e existentes na data da promulgação da Constituição Federal, mesmo que não sejam total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos.
- d) () O ensino oficial do município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente nos níveis fundamental e superior.

QUESTÃO 19

Com relação aos servidores públicos, assinale a opção **incorreta**:

- a) () É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;
- b) () Remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
- c) () O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- d) () O tempo de serviço prestado a um ente da federação deve ser obrigatoriamente computado no estágio probatório do servidor aprovado para ocupar cargo público de provimento efetivo em outro ente.

QUESTÃO 20

Com relação às autarquias e às fundações públicas, julgue as afirmativas abaixo.

- I. Os bens pertencentes às autarquias possuem natureza de bens públicos.
- II. As autarquias devem realizar licitação de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021, mas estão dispensadas de realizar concurso público para a contratação de pessoal.
- III. As autarquias, pessoas jurídicas de direito público dotadas de autonomia administrativa, são sempre criadas por Lei.
- IV. As fundações públicas jamais gozam de imunidade tributária.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Apenas duas assertivas estão incorretas.
- c) () Todas as assertivas estão incorretas.
- d) () Apenas uma assertiva está incorreta.

QUESTÃO 21

A supremacia do interesse público sobre o privado, princípio implícito na atual ordem jurídica, significa que os interesses da coletividade se sobrepõem sobre os interesses individuais. Por tal razão, a Administração Pública recebe da lei poderes especiais não extensivos aos particulares. Assinale a alternativa incorreta sobre o referido princípio:

- a) () O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado projeta a Administração Pública a uma posição de paridade com o particular.
- b) () Decorre da supremacia do interesse público o poder de convocar particulares para a execução compulsória de atividades públicas, como os mesários para as eleições.
- c) () A possibilidade de rescindir unilateralmente contratos administrativos é um exemplo de prerrogativa conferida à Administração Pública em decorrência da supremacia do interesse público.
- d) () O interesse meramente patrimonial do Estado, conhecido como interesse público secundário, não tem supremacia sobre o interesse do particular.

QUESTÃO 22

Marque a alternativa correta acerca dos vícios do ato administrativo:

- a) () A usurpação de função pública ocorre quando a autoridade pública, embora competente para a prática do ato, ultrapassa os limites de sua competência, causando a nulidade do ato administrativo.
- b) () O excesso de poder ocorre quando ato privativo da Administração Pública é praticado por particular que não é agente público, constituindo causa de inexistência do ato administrativo.
- c) () Os atos administrativos desprovidos de motivos são nulos.
- d) () O desvio de finalidade é o vício que se verifica quando o agente pratica o ato visando fim diverso daquele previsto na norma, tornando o ato administrativo inexistente.

QUESTÃO 23

Com relação ao procedimento de acesso à informação previsto na Lei Federal 12.527/2011, julgue os itens a seguir.

- I. Os órgãos e entidades do poder público devem viabilizar alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso à informação por meio de seus sítios oficiais na internet.
- II. Em regra, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- III. Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- IV. A informação armazenada em formato digital será sempre fornecida nesse formato, independentemente de anuência do requerente.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- d) () Apenas a assertiva IV está incorreta.

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos vigente (Lei Federal 14.133/2021), são modalidades de licitação, **exceto**:

- a) () pregão
- b) () tomada de preços
- c) () concorrência
- d) () diálogo competitivo

QUESTÃO 25

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Sobre a LGPD, é incorreto afirmar que:

- a) () A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- b) () O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado para fins de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- c) () O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.
- d) () É vedado ao Poder Público, em qualquer caso, transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso. Essa vedação não comporta exceções legais.

QUESTÃO 26

Quanto às disposições da Lei Federal 8.429/1992 em vigor, que trata das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) () No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei a pessoa física que celebra, com a administração pública, convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente, eximindo-se as pessoas jurídicas de direito privado de responder por ato de improbidade.
- b) () O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente está sujeito à obrigação de repará-lo, independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- c) () Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- d) () A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, constituindo-se como ação civil. Admite-se o seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

QUESTÃO 27

Se os servidores administrativos estatutários da Universidade de Rio Verde deflagrarem greve e pararem de trabalhar:

- a) () A greve será ilegal, visto pender a edição de lei que regulamente a greve no serviço público.
- b) () A greve poderá ser declarada legal, contudo, deverão, em regra, ser descontados da remuneração dos servidores grevistas os dias parados.
- c) () A greve será ilegal e compete à administração da Universidade de Rio Verde, de modo discricionário, decidir sobre o desconto dos dias parados da remuneração dos servidores grevistas.
- d) () A administração da Universidade de Rio Verde será obrigada a franquear a possibilidade de compensação das horas não trabalhadas, de modo a evitar o desconto na remuneração dos servidores grevistas, em homenagem ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos.

QUESTÃO 28

Sobre as formas de Controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) () As entidades da administração indireta, sejam elas de direito público ou de direito privado, estão sujeitas ao controle externo realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- b) () O controle externo da Administração Pública deve ser realizado visando apenas a legalidade formal, não alcançando aspectos como economicidade e razoabilidade.
- c) () O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas, quanto aos atos praticados pela Administração Pública relativos a concessões de aposentadorias, é tipicamente prévio.
- d) () O Poder Judiciário, no exercício do controle externo da Administração, pode revogar ato administrativo.

QUESTÃO 29

Sobre o contrato de trabalho temporário, são requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros, **exceto**:

- a) () Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) () Registro na Junta Comercial.
- c) () Empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- d) () Empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

QUESTÃO 30

Em se tratando do artigo 7º da CF/88, “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”, **exceto**:

- a) () Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) () Décimo terceiro salário com base no salário contratado ou no valor da aposentadoria.
- c) () Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- d) () Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

QUESTÃO 31

Em relação às regras para as atividades essenciais relacionadas ao direito de greve do trabalho, assinale a correta:

- a) () Tratamento e abastecimento de água, captação e tratamento de esgoto.
- b) () Geração, comercialização, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis.
- c) () Assistência médica, odontológica e hospitalar.
- d) () Distribuição, administração e comercialização de medicamentos, bebidas e alimentos.

QUESTÃO 32

De acordo com a Constituição, compete à Justiça do Trabalho processar e julgar somente:

- a) () As ações sobre eleições sindicais e representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) () Os atos arbitrários dos servidores, mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- c) () Os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o.

- d) () A execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, “c”, e III, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.

QUESTÃO 33

Em relação aos Princípios do Processo do Trabalho, é correto afirmar, **exceto**:

- a) () A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- b) () Na Justiça do Trabalho o princípio que dá grande importância, acelerando a solução dos conflitos e entrega da prestação jurisdicional, traduz o que versa a CLT em relação a petição verbal (art. 840, parágrafo 2o, CLT).
- c) () A Justiça Trabalhista tem como princípio basilar a busca constante pela conciliação, escolhida como a mais adequada para a solução célere dos conflitos.
- d) () A regra nem sempre é essa, da impossibilidade de se recorrer de forma imediata das decisões interlocutórias. Tais decisões deverão ser atacadas em preliminar, nos recursos das decisões terminativas ou definitivas.

QUESTÃO 34

Sobre a competência para o ajuizamento de reclamação trabalhista, analise a afirmativa a seguir:

"LINDAMAR, residente na cidade de Piracicaba, foi contratada na cidade de Indaiatuba para trabalhar como agente comercial de uma empresa de seguros cuja sede é na cidade de São Paulo. LINDAMAR estava subordinada à filial de cidade de Campinas. LINDAMAR prestava seu labor deslocando-se na venda de seguros entre as cidades de Hortolândia, Americana e Sumaré. Encerrado o contrato de trabalho por culpa da empresa, LINDAMAR poderá pleitear judicialmente suas verbas rescisórias. Considere que, em todas as cidades citadas neste hipotético enunciado, existe Vara Especializada da Justiça do Trabalho".

Em regra, qual cidade, com sua respectiva Vara do Trabalho, será competente para LINDAMAR ajuizar sua Reclamação Trabalhista?

- a) () A Vara competente é a de Piracicaba por ser o local de domicílio de LINDAMAR.
- b) () Compete à Vara de Campinas, onde está localizada a filial à qual LINDAMAR está subordinada.
- c) () A cidade de Indaiatuba, local onde LINDAMAR foi contratada.
- d) () As cidades de Hortolândia, Americana ou Sumaré, à escolha de LINDAMAR, por serem os locais de prestação dos serviços.

QUESTÃO 35

No que diz respeito às competências legislativas relacionadas à proteção do meio ambiente, assinale a alternativa incorreta.

- a) () No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- b) () A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) () Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- d) () A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.

QUESTÃO 36

No contexto das ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relacionada à preservação de paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição e conservação

das florestas, fauna e flora, conforme estabelecido na Lei Complementar n. 140/2011, identifique qual ação não é de competência dos Municípios.

- a) () Executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional e Estadual de Meio Ambiente e demais políticas nacionais e estaduais relacionadas à proteção do meio ambiente.
- b) () Aprovar o funcionamento de criadouros da fauna silvestre.
- c) () Promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental.
- d) () Articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Meio Ambiente.

QUESTÃO 37

De acordo com a Lei n. 11.284/2006, são princípios da gestão de florestas públicas:

- I - A proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público.
- II - O estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o País.
- III - O respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação.
- IV - A promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional.

Assinale a alternativa correta.

- a) () Apenas I e II estão corretas.
- b) () Apenas II e III estão corretas.
- c) () Apenas III e IV estão corretas.
- d) () Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 38

Os critérios a serem considerados pela autoridade competente para a imposição e gradação da penalidade, conforme estabelecido na Lei n. 9.605/1998, incluem, exceto:

- a) () A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente.
- b) () Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental.
- c) () A gravidade do fato, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do infrator.
- d) () A situação econômica do infrator, no caso de multa.

QUESTÃO 39

Com relação à repartição das receitas tributárias, julgue as afirmativas a seguir com (V) para a verdadeira e (F) para a falsa. Em seguida, assinale a resposta correta:

- () Pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto sobre a renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- () Pertencem aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do IPVA, dos veículos automotores licenciados em seus territórios.
- () A União deverá entregar cinquenta por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza excluindo da parcela da arrecadação o imposto de renda pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

As afirmativas são, respectivamente:

- a) () V – V – F.
- b) () V – V – V.
- c) () F – V – F.
- d) () F – F – F.

QUESTÃO 40

A respeito das imunidades tributárias, assinale a opção correta com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) () A imunidade tributária recíproca abrange todas as espécies tributárias.
- b) () A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos geradores ocorridos antes da sucessão.
- c) () As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial são beneficiárias da imunidade tributária constitucionalmente recíproca, desde que não haja cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.
- d) () A imunidade tributária cultural, destinada a livros, jornais e periódicos, não alcança o livro eletrônico — e-book —, nem os suportes utilizados para fixá-lo.

QUESTÃO 41

Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta, de acordo com o CTN:

- a) () A responsabilidade tributária pode ser estabelecida de forma expressa ou tácita.
- b) () As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- c) () Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- d) () A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do seu pedido de parcelamento.

QUESTÃO 42

Pelo Código Tributário do Município de Rio Verde, a remissão prevista no art. 184, levará em consideração, exceto:

- a) () A situação econômico-financeira familiar do contribuinte mediante relatório circunstanciado emitido pela assistência social.
- b) () A importância do crédito tributário.
- c) () O grau de escolaridade do sujeito passivo.
- d) () As condições de equidade em relação às características pessoais ou materiais de cada caso.

QUESTÃO 43

Conforme estabelecido na Lei n. 8.078/1990, as violações às normas de proteção do consumidor acarretam a aplicação de diversas sanções administrativas, **exceto**:

- a) () Multa.
- b) () Advertência pública e apreensão de produtos.
- c) () Cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.
- d) () Interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade.

QUESTÃO 44

São princípios da Política Nacional das Relações de Consumo:

- a) () Educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- b) () Racionalização e melhoria dos serviços públicos e privados.
- c) () Reconhecimento da vulnerabilidade dos consumidores e fornecedores no mercado de consumo.
- d) () Prevenção e repressão do superendividamento como forma de evitar a exclusão econômica do consumidor.

QUESTÃO 45

Sobre o denominado direito de arrependimento previsto na Lei n. 8.078/1990, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) () Os consumidores que realizarem compras por telefone, televisão ou internet têm o direito de exercer o direito de arrependimento, possibilitando a devolução do produto ou serviço e o reembolso integral do valor pago, caso não fiquem satisfeitos.
- b) () O prazo máximo para que o consumidor possa exercer esse direito é de até 7 dias, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço.
- c) () O direito de arrependimento pode ser exercido de forma absolutamente imotivada.
- d) () O ônus de arcar com as despesas postais decorrentes do exercício do direito de arrependimento é do fornecedor, mas pode ser repassado ao consumidor quando o contrato assim preveja.

QUESTÃO 46

Sobre a inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) () Todo consumidor é vulnerável, mas nem todo consumidor é hipossuficiente.
- b) () Trata-se de regra de instrução, devendo a decisão judicial que determiná-la ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurar à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade para manifestar-se nos autos.
- c) () Trata-se de regra de julgamento, devendo ser reconhecida no momento da prolação da sentença.
- d) () A inversão do ônus da prova não tem o efeito de obrigar a parte contrária a arcar com as custas da prova requerida pelo consumidor.

QUESTÃO 47

Nos termos do art. 62, da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para a criação de uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la. Sendo assim, uma fundação não poderá constituir-se para fins de:

- a) () Assistência social; educação; saúde; auxílio mútuo entre os associados; segurança alimentar e nutricional.
- b) () Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- c) () Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.
- d) () Promoção da ética, da cidadania, da democracia; dos direitos humanos; atividades religiosas.

QUESTÃO 48

Considerando as disposições previstas no art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069/1990) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com

absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Nestes termos, essa garantia de absoluta prioridade compreende:

- a) () Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) () Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- c) () Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- d) () Garantia de tratamento de saúde especializado à vítima.

QUESTÃO 49

Para os fins da Lei Federal n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), considere-se:

- a) () Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
- b) () Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- c) () Dado pessoal: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d) () Órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

QUESTÃO 50

Em consonância com a Lei Federal n. 8.245/1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, aponte a alternativa **incorreta**:

- a) () Morrendo o locador, a locação transmite-se aos herdeiros.
- b) () Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta e seis meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, dependendo de notificação e aviso.
- c) () O locatário é obrigado a não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador.
- d) () Havendo mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que são solidários se o contrário não se estipulou.

QUESTÃO 51

Sobre as Ações de Família no Código de Processo Civil (CPC) assinale a alternativa correta:

- a) () Nas ações de família, o Ministério Público sempre intervirá e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.
- b) () O Ministério Público não intervirá nas ações de família em que figure como parte, vítima de violência doméstica e familiar.
- c) () Quando o processo envolver discussão sobre fato relacionado a abuso ou a alienação parental, o juiz, ao tomar o depoimento do incapaz, poderá estar acompanhado por especialista.
- d) () Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação de que trata o art. 695 do CPC, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes.

QUESTÃO 52

No que concerne aos títulos executivos extrajudiciais e todos os demais títulos aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva, marque a alternativa **incorreta**.

- a) () A propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
- b) () Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados.
- c) () O título estrangeiro só terá eficácia executiva quando satisfeitos os requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e quando o Brasil for indicado como o lugar de cumprimento da obrigação.
- d) () Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

QUESTÃO 53

Segundo o Código de Processo Civil (CPC), cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- I - tutelas provisórias; rejeição da alegação de convenção de arbitragem; rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.
- II - mérito do processo; incidente de desconsideração da personalidade jurídica; exibição ou posse de documento ou coisa.
- III - exclusão de litisconsorte; rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio; admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.
- IV - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.

Analise as assertivas acima e assinale a alternativa correta.

- a) () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) () As assertivas II e III estão erradas.
- d) () Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 54

Na forma da lei processual vigente, a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

- a) () Ficar descaracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu;
- b) () As alegações de fato puderem ser comprovadas apenas depoimento pessoal e houver tese firmada em julgamento de casos perante o Superior Tribunal de Justiça;
- c) () Se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;
- d) () A petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu oponha prova capaz de gerar dúvida.

QUESTÃO 55

Existindo alguém que tenha interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito. Sendo assim, de acordo com o instituto da Notificação e Interpelação no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) () Se a pretensão for a de dar conhecimento geral ao público, mediante edital, o juiz só a deferirá se a tiver por fundada e necessária ao resguardo de direito.
- b) () Poderá o interessado interpelar o requerido para que faça ou deixe de fazer o que o requerente entenda ser de seu direito.
- c) () O requerido será previamente ouvido antes do deferimento da notificação ou do respectivo edital: se houver suspeita de que o requerente, por meio da notificação ou do edital, pretende alcançar fim ilícito.
- d) () Deferida e realizada a notificação ou interpelação, os autos serão extintos com resolução do mérito.

QUESTÃO 56

São causas de extinção do processo sem resolução do mérito, exceto:

- a) () O indeferimento da petição inicial.
- b) () A homologação da desistência da ação.
- c) () O acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem.
- d) () A ocorrência de decadência ou prescrição.

QUESTÃO 57

Brunilda contratou Zózimo para efetivar correções estruturais no seu flat. Contudo por descuido, desleixo e negligência de Zózimo, apareceram rachaduras por todo flat, o que prejudicou boa parte do imóvel e consequentemente seu uso.

Brunilda não obteve reparação dos prejuízos sofridos amistosamente, assim ajuizou ação em desfavor de Zózimo e conseguiu sua condenação ao pagamento de indenização no valor de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais).

Publicada a sentença, Zózimo protocolou tempestivamente apelação, que até o presente momento espera decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Brunilda, por sua vez requereu cópia da sentença de mérito e a apresentou junto ao cartório de registro imobiliário de Rio Verde - GO para que fosse realizada a anotação da hipoteca judiciária sob imóvel de propriedade de Zózimo, propendendo a garantia futura para adimplemento da indenização fixada em sentença para reparação dos danos sofridos.

De acordo com o caso apresentado e segundo o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- a) () Brunilda não pode promover o registro da hipoteca judiciária, uma vez que ainda está pendente julgamento de recurso perante o Tribunal de Justiça de Goiás.
- b) () O registro da hipoteca judiciária é irrelevante, pois Brunilda não terá direito de preferência sobre o bem em relação a outros credores.
- c) () A hipoteca judiciária apenas poderá ser estabelecida e registrada mediante determinação do Tribunal de Justiça de Goiás, considerando a pendência de julgamento do recurso de apelação.
- d) () Brunilda poderá apresentar cópia da sentença para realizar o registro da hipoteca judiciária, e uma vez constituída, implicará, para ela, o direito de preferência, quanto ao pagamento, em relação a outros credores, observada a prioridade no registro.

QUESTÃO 58

Marque a alternativa **incorreta**. São princípios que regem a seguridade social na Lei 8.213/91:

- a) () Uniformidade e equivalência de benefícios.
- b) () Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- c) () Universalidade de participação nos planos.
- d) () Solidariedade social.

QUESTÃO 59

Marque a alternativa **incorreta**. Segundo a Lei Municipal 3.968/2000, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio Verde, verificar-se-á a readaptação:

- a) () Quando o cargo for extinto a vagar.
- b) () Quando ficar comprovada a modificação do estado físico das condições de saúde do funcionário, que lhe diminuam a eficiência para a função.
- c) () Quando se apurar que o funcionário não possui a habilitação profissional exigida em lei para o cargo que ocupa.
- d) () Quando o nível de desenvolvimento mental do funcionário corresponder às exigências da função.

QUESTÃO 60

Tendo em vista a Constituição Federal e a seguridade social, julgue os itens a seguir:

I - a seguridade será financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta.

II - a saúde é direito de todos e dever do Estado.

III - a previdência social é de caráter contributivo e filiação obrigatória.

IV - a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social

- a) () As assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) () A assertiva IV é falsa.
- c) () As assertivas III e IV são falsas.
- d) () Todas as assertivas são verdadeiras.

QUESTÃO 61

Segundo a Emenda Constitucional n. 103/19, assinale a alternativa correta:

- a) () O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, prescindidos os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) () O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- c) () O regime geral de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) () O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e subsidiário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

QUESTÃO 62

O artigo primeiro do Código Penal estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal. O conteúdo do mencionado artigo revela a adoção pelo legislador brasileiro de dois princípios basilares do Direito Penal, que são:

- a) () O princípio da criminalidade e o princípio da reserva legal.
- b) () O princípio da legalidade e o princípio da liberdade pessoal.
- c) () O princípio da reserva legal e o princípio da anterioridade.
- d) () O princípio da anterioridade e o princípio da criminalidade.

QUESTÃO 63

Segundo o Direito Penal, falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro constitui:

- a) () Crime contra a paz pública.
- b) () Crime contra o Estado brasileiro.
- c) () Crime contra a administração pública.
- d) () Crime contra a fé pública.

QUESTÃO 64

O artigo 28-A do Código de Processo Penal contempla o Acordo de Não Persecução Penal, um dos institutos que compõem a denominada Justiça Penal Negocial e constitui:

- a) () Um dever de propositura do Ministério Público quando presentes os requisitos objetivos previstos pela lei.
- b) () Decisão privativa do Ministério Público.
- c) () Um direito subjetivo do investigado, não podendo ser negado pelo Ministério Público.
- d) () Decisão que cabe ao Juiz de Direito em último caso.

QUESTÃO 65

Segundo a classificação da ação penal pelo critério da titularidade, considera-se:

- a) () Ação penal pública condicionada aquela que somente pode ser exercitada mediante o requerimento do ofendido.
- b) () Ação penal privada subsidiária da ação penal pública aquela que pode ser exercitada pelo ofendido somente após a decisão de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público.
- c) () Ação penal privada aquela que somente pode ser exercitada mediante representação do ofendido.
- d) () Ação penal pública incondicionada aquela que compete ao Ministério Público exercitar privativamente.

QUESTÃO 66

Marque a alternativa correta acerca de convênios, segundo o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Rio Verde:

- a) () Compete à Câmara Municipal aprovar, em qualquer caso, convênio, consórcio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, Estado ou outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais e culturais.
- b) () A celebração de convênios, consórcios, acordos, contratos e outros ajustes do interesse do Município é de competência do Prefeito, Chefe do Poder Executivo Municipal.
- c) () O Município poderá celebrar convênios com outros, como Estado e a União, para a realização de atividades e serviços de interesse comum, sendo vedada, contudo, a celebração de convênio para execução de obras.
- d) () As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde mediante contrato de direito público ou convênio, sem qualquer preferência para as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

QUESTÃO 67

Com relação ao estágio probatório e à estabilidade do servidor público previstos na Lei 3.968/2000 (Estatuto dos Servidores do Município de Rio Verde – GO), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () O funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 03 (três) anos, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado.
- b) () O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos legais, bem como durante as faltas injustificadas e suspensões disciplinares.
- c) () Ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença não remunerada, por uma única vez, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública.
- d) () O servidor estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mas não em razão de processo administrativo disciplinar em que lhe seja atribuída ampla defesa.

QUESTÃO 68

A FESURV - Universidade de Rio Verde, Fundação Pública de Direito Público Municipal, é a entidade responsável pela execução da política municipal de ensino superior, de desenvolvimento e divulgação das ciências, da reflexão e da cultura em suas diversas formas. Acerca das competências atribuídas à FESURV - Universidade de Rio Verde, pela Lei Complementar 182/2020, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Compete à FESURV promover o desenvolvimento social visando à inclusão e à promoção da cidadania, garantindo assistência integral às famílias, coordenando e executando programas, serviços e benefícios da Política Nacional de Assistência Social.
- b) () Compete à FESURV - Universidade de Rio Verde a formação, qualificação e capacitação de profissionais nas mais variadas áreas de abrangência em nível de educação superior, graduação e pós-graduação.
- c) () Compete à FESURV – Universidade de Rio Verde exercer as atividades de pesquisa e a extensão universitária, especialmente os estudos e pesquisas voltados para a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento científico e tecnológico e as novas relações com o meio físico e social em função da qualidade de vida.
- d) () Compete à FESURV contribuir para a melhoria da gestão das organizações públicas e empresariais, inclusive das Entidades não-governamentais sem fins lucrativos, visando ao desenvolvimento do Município e à busca de soluções para os problemas locais e regionais.

QUESTÃO 69

Acerca do processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ):

- a) () O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo vedada qualquer incursão no mérito administrativo.
- b) () O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- c) () O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar abrange, em todos os casos, tanto a análise do mérito administrativo como o exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
- d) () Ao Poder Judiciário é vedado exercer qualquer tipo de controle sobre o processo administrativo disciplinar.

QUESTÃO 70

A Controladoria-Geral do Município tem por finalidade formular e executar as políticas de controle interno possuindo, dentro de sua área de competência, autonomia e precedência sobre os demais setores administrativos. Acerca das atribuições e competência da Controladoria-Geral do Municipal, é correto afirmar que:

- a) () Estão entre as atribuições da Controladoria-Geral do Município prestar informações e fornecer documentos aos Tribunais de Contas, exceto quanto à atuação da Comissão Permanente de Licitação.
- b) () Compete à Controladoria-Geral do Município, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, propor levantamento de áreas, edificações e prédios públicos em geral para cadastro de informações técnicas e/ ou para elaboração de projetos.
- c) () Está entre as atribuições da Controladoria-Geral do Município orientar o empresariado por meio de materiais técnicos e de informações gerais sobre a instalação de equipamentos industriais, comerciais e de serviços no Município.
- d) () Compete à Controladoria-Geral do Município realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios e certificado de auditoria.

QUESTÃO 71

De acordo com o Estatuto da Universidade de Rio Verde (UniRV), assinale a resposta correta acerca da Procuradoria-Geral da UniRV:

- a) () A Procuradoria-Geral da UniRV será exercida por um servidor efetivo, devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com no mínimo o título de Doutor.
- b) () O Procurador-Geral da UniRV será eleito pela comunidade universitária, não podendo ser exonerado pelo Reitor *ad nutum*.
- c) () Compete à Procuradoria-Geral da Universidade de Rio Verde propor e executar as políticas de administração e planejamento da UniRV.
- d) () O Procurador-Geral da UniRV deverá cumprir 40 (quarenta) horas semanais.

QUESTÃO 72

Julgue os itens a seguir, de acordo com o Estatuto da Universidade de Rio Verde (UniRV).

- I. A UniRV poderá atribuir título de Professor *Honoris Causa*, a professor ou cientista ilustre, não pertencente à Universidade de Rio Verde, mas que tenha prestado relevantes serviços à UniRV.
- II. Em situações de urgência e no interesse da UniRV, o Reitor poderá tomar decisões *ad referendum* do CONSUNI e do CONSEPE, devendo ser referendadas pelos respectivos conselhos, posteriormente, em até 30 dias, responsabilizando-se o Reitor, administrativamente, pelos atos não homologados.
- III. As cores oficiais da UniRV são o verde, o azul e branco.
- IV. O Conselho Universitário – CONSUNI é o órgão superior, no âmbito da UniRV, de função consultiva, normativa, deliberativa e de planejamento.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei Complementar 182/2020:

- a) () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- b) () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) () Todas as assertivas estão corretas.
- d) () Todas as assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 73

Acerca da Personalidade e Autonomia da Universidade de Rio Verde (UniRV), conforme dispõe seu Regimento Geral, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () A UniRV é uma entidade de direito público interno, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica própria.
- b) () A UniRV goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.
- c) () A UniRV é uma entidade de direito privado integrante da Administração Pública Municipal, com fins lucrativos e com personalidade jurídica própria.
- d) () A autonomia didático-científica da UniRV compreende, entre outros, competência para estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada e indissociável.

QUESTÃO 74

Assinale a alternativa correta com relação ao regime disciplinar a que estão sujeitos os docentes e técnicos administrativos da Universidade de Rio Verde (UniRV) e respectivas penalidades, segundo o disposto no Regimento Geral da UniRV:

- a) () Ao Reitor compete nomear comissão de inquérito administrativo para apurar e emitir parecer sobre os atos praticados por servidores da UniRV.
- b) () O Regimento Geral da UniRV não prevê pena de advertência.
- c) () O Regimento Geral da UniRV não prevê a consideração de circunstâncias agravantes e atenuantes para fins de dosimetria da penalidade a ser aplicada.
- d) () O Reitor está sempre vinculado a aplicar as penalidades recomendadas pela comissão de inquérito administrativo.

QUESTÃO 75

De acordo com a Lei Complementar 38/2015, é correto afirmar que:

- a) () Aos servidores da FESURV-Universidade de Rio Verde não se aplicam as disposições da Lei Municipal n. 3968/2000, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde, mas apenas e tão somente as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.
- b) () Aos servidores da FESURV-Universidade de Rio Verde se aplicam as disposições da Lei Municipal n. 3968/2000, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Verde, no que couber e no que não conflitar com as disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.
- c) () O regime jurídico a que se sujeitam os servidores da FESURV-Universidade de Rio Verde, independentemente de ocuparem cargo efetivo ou comissionado, é o celetista.
- d) () A realização de concurso público para provimento dos cargos efetivos da FESURV-Universidade de Rio Verde é facultativa.

QUESTÃO 76

Considerando que Estados e Municípios organizarão de forma colaborativa seus sistemas de educação, qual órgão é responsável pela execução da educação municipal?

- a) () Conselho Municipal de Educação.
- b) () Secretaria Municipal de Educação.
- c) () Conselho Tutelar Municipal.
- d) () Coordenação Regional de Educação.

QUESTÃO 77

Considerando que os cursos superiores de graduação precisam ser reconhecidos para que seus diplomas tenham validade, é correto afirmar que os cursos de graduação de Instituições de Ensino Superior Municipais são reconhecidos pelo (a):

- a) () Ministério da Educação.
- b) () Conselho Municipal de Educação.

- c) () Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).
- d) () Conselho Estadual de Educação.

QUESTÃO 78

A LDB (Lei 9.393/96) em seu art. 53 afirma que no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, várias atribuições. Neste contexto, para que essas instituições possam exercer essa autonomia, podem:

- I - criar, organizar e extinguir, fora de sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, não observando as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vagas independente da capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios

Diante do exposto qual alternativa está correta:

- a) () I, II e IV.
- b) () III, V, VI e VII.
- c) () I, V e VI.
- d) () II, IV, VI e VII.

QUESTÃO 79

Consoante o que dispõe a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar sobre o direito à educação:

- a) () É dever exclusivamente da família assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- b) () O direito à educação previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura um sistema educacional inclusivo, contudo, não impõe ao Estado o dever de assegurar a inclusão de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento em conteúdos curriculares dos cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica.
- c) () A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
- d) () A educação constitui direito da pessoa com deficiência, devendo ser assegurado sistema educacional inclusivo somente até o nível médio.

QUESTÃO 80

Sobre a educação especial prevista no Capítulo V do Título V (Dos níveis e das modalidades de educação e ensino) da Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo do Estado de Goiás, julgue as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

- I – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- II - Por educandos com deficiência entendem-se todas as crianças, jovens e adultos cujas necessidades de educação especial decorram de suas características peculiares ou de suas dificuldades de

aprendizagem permanentes, não abrangendo as pessoas com dificuldades de aprendizagem transitórias.

III - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades.

IV – Compete ao Conselho Estadual de Educação estabelecer critérios para a caracterização das instituições especializadas sem fins lucrativos, e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro, pelo Poder Público.

Diante do exposto qual alternativa está correta:

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Todas as assertivas estão incorretas.
- c) () Apenas a assertiva II está incorreta.
- d) () Apenas as assertivas I e IV estão incorretas.